

**A IMPRENSA NEGRA EM MOÇAMBIQUE: A TRAJETÓRIA DE
"O AFRICANO" - 1908-1920***

Valdemir D. Zamparoni**

RESUMO: A partir do contexto histórico-econômico o autor aborda o aparecimento da Imprensa Negra de Moçambique e de suas vicissitudes. Analisa a trajetória de 'O Africano', ressaltando sua importância na formação da consciência política do colonizado (negros, mulatos ou brancos marginalizados).

UNITERMOS: imprensa; imprensa negra; Moçambique; "O Africano"; consciência política; colonizados.

DESTINO

Nas tuas mãos está, terna criança
Dar-me na terra, um dia, a felicidade
Basta que o queira, para que a esperança
Se me converta em grata realidade

.....
"N". 02/01/19.

Número-Programa de "O Brado Africano" - 04/01/19

O pesquisador que se debruçar sobre a história moçambicana e cujo objeto esteja voltado para o estudo da consciência política dos colonizados, não encontrará facilidades em sua tarefa. o acesso à documentação é bastante difícil. Não porque não tenha havido consciência e resistência que não merecessem registro; é que o Estado Novo português não só perseguiu os homens e idéias de seu tempo como também promoveu ampla perseguição à documentação de pe-

* Do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso.

** Versão alterada da comunicação "Imprensa, Ideologia e Consciência Nacional em Moçambique", apresentada no V Cong. Internacional de Estudos Afroasiáticos, B. Aires, 7 a 11/09/87. O presente artigo está inserido num projeto maior acerca da imprensa negra e mulata de Moçambique, tendo contado com apoio da FAPESP e atualmente da Fund. Calouste Gulbenkian, a quem agradeço. Paulo Soares (SEC/Maputo) participou da redação inicial.

riodos anteriores que expressassem maior nível de consciência ou resistência à ação colonial. Boa parte da documentação produzida pelas associações de caráter político-culturais acabou nos porões da polícia política. Muita coisa foi queimada, perdida definitivamente, outras ainda encontram-se, não sistematizadas, em arquivos de Portugal e Moçambique e um dia, oxalá, virão à tona. Mas, até lá, o que é possível fazer para resgatar a memória da resistência colonial?

A par das fontes orais para os períodos mais recentes, é a imprensa negra e mulata, dispersa mas preservada na quase totalidade, uma das mais importantes e ricas fontes para a compreensão da trajetória político-ideológica, senão do conjunto, ao menos da parcela instruída da pequena burguesia¹, "filha da terra", racialmente negra e mulata, da qual os periódicos "O Africano" e "O Brado Africano" foram os principais veículos de sua expressão.

Neste pequeno artigo procuramos acompanhar a trajetória de "O Africano".

ENTRE O ESCRAVO E O CHIBALO: O AFRICANO

O destino de felicidade que "O Brado Africano" persegue no seu Número-Programa de janeiro de 1919 é fruto de um longo período de luta pela afirmação dos interesses africanos no desenvolvimento e progresso econômico e social de Moçambique, contra a administração e exploração coloniais, se manifesta sob a forma escrita em jornais publicados a partir da segunda metade do século XIX.

Com efeito, desde há gerações e fruto do contato direto com a colonização mercantil portuguesa - um dos intermediários históricos do sistema mundial de acumulação de capital - desenvolvera-se, em várias cidades mercantis do litoral de Moçambique e ao longo do Zambeze, um setor urbano afirmando uma cultura africana, pugnando pelos interesses locais e desenvolvendo ideais autonomistas contra a pilhagem colonial que interditava o seu pleno desenvolvimento.

Esta "burguesia local", intermediária do tráfico e pilhagem mercantil é, amiúde, "filha da terra", mas os seus ideais desenvolvem-se na esteira dos que acompanharam o crescimento do sistema imperialista e colonialista português. Quando os seus interesses locais ou de acumulação e investimento são obstruídos pela ação colonial, desenvolve ideais "independentistas", embora sem a perspectiva da Nação Moçambicana.

(1) Utilizo com restrições tal conceito. Esta camada social tem uma especificidade que transcende os limites que o conceito historicamente traz consigo mas, como ainda não disponho de outro melhor, o utilizo fazendo-o acompanhar da designação "filha da terra" dada a si pelos próprios agentes do processo histórico.

O primeiro jornal "O Africano" surge em Quelimane, em 1887, e durante cinco anos vai ser publicado semanalmente, defendendo os interesses locais contra a escravatura e promovendo a instrução pública, em benefício dos escravos formalmente libertados nas zonas de ocupação portuguesa, dois anos antes. Os elevados impostos que o Governo Geral da Colônia impunha à atividade mercantil, aliada à corrupção dos funcionários públicos e militares portugueses-interessados essencialmente em acumular riquezas, durante as suas comissões de serviço na Colônia - são outras tantas causas de luta veiculada através do jornal "O Africano".

O Governo Geral, instalado na Ilha de Moçambique, encontrava-se então dominado por um poderoso "partido de negreiros", ligado aos interesses de exportação de escravos para as colônias francesas do Índico e para as Américas, e contra os convênios internacionais pela abolição da escravatura propostos pela Inglaterra, interessada em explorar a força de trabalho moçambicana nas suas colônias da região.

O desenvolvimento de uma burguesia mercantil na Ilha de Moçambique e litoral fronteiro, envolvida historicamente como intermediária do tráfico com o interior do continente, permite que, já desde a segunda metade do século XVIII, os seus direitos políticos fossem reconhecidos pela Coroa Portuguesa. Com efeito, a política absolutista do Marquês de Pombal - assente na destuição do poder econômico e político da nobreza ultramarina portuguesa e dos jesuítas, e dissolvendo a subordinação da colônia de Moçambique à Índia - acabou por reconhecer os direitos políticos de mais de cem famílias radicadas desde há gerações na Ilha de Moçambique, "independentemente de raças e castas", proporcionando-lhes, não só direitos de cidadania, como de livre atividade comercial e industrial e até incentivando-as ao monopólio do comércio com o litoral entre 1871 e 1876.

A difusão da tipografia, a partir de 1854, permite que, primeiro na Ilha e depois em Quelimane, Tete, Inhambane e Lourenço Marques, surjam diversas publicações, ao serviço dos interesses da colonização, mas que contribuíram para o desenvolvimento cultural de camadas sociais africanas, que mais tarde passarão a utilizá-las para a propagação dos seus ideais de luta política e denúncia dos abusos e corrupção da administração colonial.

Devido à subordinação desvantajosa de Quelimane ao Governo Geral da Colônia, situado na Ilha, naquela cidade encontra-se um dos principais centros difusores dos ideais de emancipação colonial. Primeiro expressos no jornal "O Africano" (1877-82), e em seguida em "O vigilante" (1882), "O Correio da Zambézia" (1886) e "o Clamor Africano" depois de 1892.

A situação então vivida é-nos testemunhada pelas seguintes passagens expressas em "O Clamor Africano" de 30/08/1893, repetindo um artigo já publicado sob o título *Para onde isto caminha...*:

"Mais vigorosas do que nunca, estão hoje as idéias da emancipação colonial.

O descontentamento é geral e bem profundo para que de um momento para o outro, se não tema o que receamos.

Ontem, foi o arquipélago dos Açores que impôs as suas condições com respeito ao decreto dos álcoois, ou a sua desanexação do velho Portugal, hoje é a nossa compatricia a Ilha de São Tomé que se quer libertar da protecção da metrópole que nada protege.

Já em tempo se falou muito na anexação de Lourenço Marques no Transvaal formando uma só República, e Quelimane sempre quis ser *só-zinho* e independente no seu progresso, rejeitando a honra de pertencer como distrito, a influência da chefia de Moçambique. Nos seus áureos tempos que não vão longe, o Governo Geral de Moçambique, foi como sempre para com este tão poderoso distrito uma sanguessuga: era por um lado o subsídio de Tete, o subsídio de Manica, que tanto dinheiro comeu, e o subsídio de Sofala e por outro lado os auxílios prestados a Inhambane, e até deu uma vez 4.000\$000 reais para Lourenço Marques, não se esquecendo Moçambique, que quando aqui os cofres tivessem dinheiro, o Governo Geral o mandar para a capital.

Extorquiram-lhe tudo e hoje Quelimane está exausto.

Mas, não foi só com isso que este distrito se comprometeu, a desgraça vem de mais perto.

Principiou com a tal missão civilizadora Henrique de Macedo, com seus atos de vassalagem, com expedições para submeter à obediência régulos que sempre nos respeitaram; e a tal mania de expedições tanto em furor no ano de 1890 conduziu-nos a este extremo.

Presentemente julgam que Quelimane, deve ser o mais sujeito a impostos, e por isso deram-lhe mais a direitos, nos vinhos, álcoois e conhaques, exorbitante direito no tabaco e ultimamente a licença das armas que se não é espantoso, pelo menos o parece, pois até que se nos obriga a pagar uma licença por *cinco anos!!!*

(...)

Aí estão as vantagens que nos dá a metrópole; quem quizer segura o tempo que existir, vá pagar à recebedoria do Conselho, licenças para armas e em breve esperamos alguma coisa.

O comércio está pouco satisfeito e é justo e legal o seu sentimento, os comerciantes estabelecidos pagam licenças, décimos, contribuições, empregados, etc, e não obstante isso, consente-se que empregados públicos, a título de rancho, mandem vir mercadorias, que vendem, fazendo-lhe uma concorrência deslealíssima"².

(2) "O Clamor Africano", nº 61, ano II, Quelimane.

Se a crise vivida, era reflexo da incapacidade histórica da Coroa Portuguesa em efetuar a colonização nos novos moldes impostos pela Conferência de Berlim, devia-se também à predominância junto ao Governo da Ilha, do já referido "partido de negreiros", integrando os "homens de chapéu", descendentes de portugueses, xeques e senhores tribais macúas, que asseguravam a continuidade do tráfico de escravos, repartindo os lucros com os Governadores, militares e funcionários portugueses.

A burguesia local de Quelimane, embora interessada no alargamento da economia de mercado e de investimento na agricultura, era distinta da que em Lourenço Marques procurara ligação com a República do Transvaal. Nesta antiga feitoria, que começa a adquirir importância regional, instalara-se uma burguesia representante de vários interesses internacionais, em especial ingleses, pressionando o governo português para a abertura das vias de comunicação rumo ao ouro e diamantes do Transvaal, através da dominação dos povos que no interior mantinham a sua independência política. As constantes ameaças provenientes destes contra as possessões portuguesas, aliadas à constante expansão do imperialismo inglês na região da atual África do Sul, haviam determinado em 1890 que a armada britânica cercasse Lisboa, impondo o *Ultimatum* que viria obrigar Portugal a agir mais de acordo com os interesses ingleses e a preparar a ocupação efetiva do território, levada a cabo pelos militares da geração de 95, integrada por Mouzinho de Albuquerque, Antonio Ennes, entre outros.

Durante os anos anteriores, porém, a situação de Lourenço Marques encontrava-se bastante ameaçada, não só pelas ações militares conduzidas pelos régulos do interior, como pelos interesses do imperialismo inglês.

A burguesia instalada em Lourenço Marques, de diversas nacionalidades, interessada na atividade comercial com o interior, organiza-se em 1891 numa Associação Comercial, de forma a constituir-se como grupo de pressão política junto ao governo português e, no ano posterior, inicia a publicação de um jornal defendendo os seus interesses. A predominância de capitalistas e representantes de empresas inglesas, envolvidas na exportação-importação de produtos diversos, cria um conflito intenso em Lourenço Marques, entre estes e o portugueses. O aparecimento do jornal "O Luso Africano" em 1892, além de reflexo deste conflito e da resistência ao predomínio inglês, defende ainda o seguinte ideário veiculado no seu Número-Programa de 03/01/1892:

"(...)

Queremos ser imparciais.

Não faremos política, porque ela tal como devia ser, exaltar-nos-ia, e tal qual é, comprometeria a nossa dignidade se quizéssemos escarpelar.

ZAMPARONI, Valdemir D. A Imprensa Negra em Moçambique: A Trajetória de "O Africano" - 1908-1920. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP. S.Paulo, 11 (1): 73-86, 1988.

Em todas as questões sociais que caírem sob a nossa apreciação, não daremos ouvidos ao niilismo, porque ele é a destruição; ao socialismo também não, porque ele representa a anarquia, ao absolutismo sim, mas ao absolutismo da ciência que diz e manda para que não haja divergência no campo dos que sabem e dos que ignoram.

Pelos últimos pugnaremos sempre. Questão alguma social nos merecerá tanta simpatia e prenderá tanto a nossa atenção, como a da instrução popular.

(...)"

E, noutro artigo, sob o título "Colonização", continuam:

"(...) A colonização em África fez-se como na Índia, na China e na América: pela espada! Mas, os tempos mudaram e nós hoje precisamos colonizar se queremos conservar a nossa nacionalidade; mas não pela espada, isto é pelo despotismo, mas pelo fulgor de todas as luzes necessárias à humanidade, isto é, pela instrução.

(...)"

Se hoje tal discurso comum aos jornais africanos de então, nos parece limitado, ele reflete um idealismo próprio de certa política da colonização portuguesa, humanitária e de cariz missionário, que teve a aceitação entre os africanos "aculturados", discordando, contudo, da forma violenta como se implantava o novo regime colonial.

As ações militares, desenvolvidas depois de 1895³, irão impor a ocupação efetiva e permitir que Lourenço Marques conheça um novo período de crescimento urbano em torno de seu porto, transformando-se em intermediário dos interesses do Rand, sendo por isto promovida a capital da Colônia em 1893⁴.

(3) Ver entre outros: ENNES, António. *A Guerra d'África em 1895*. 2a. ed., Lisboa, Ed. Gama, Imp. Portuguesa, 1945.

ALBUQUERQUE, Mousinho e outros. *A Campanha das Tropas Portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane*. Lisboa, Imp. Nacional, 1897 e ainda HAMMOND, R.J. - *Portugal and Africa 1815-1910*. Stanford Stanford Univ. Press, 1966, principalmente o capítulo 06 dedicado à presença de António Ennes em Moçambique, p. 167:200.

(4) LIMA, A.P. "Os fundamentos da transferência da Capital para Lourenço Marques". in *Boletim Municipal*, Lourenço Marques, Imp. Nacional, nº 01, 10/11/1967, p. 19:28.

ZAMPARONI, Valdemir D. A Imprensa Negra em Moçambique: A Trajetória de "O Africano" - 1908-1920". *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP. S.Paulo, 11 (1): 73-86, 1988.

Anos passam sem que as alterações e promessas de António Ennes se materializem no progresso da Colônia. A degradação das condições de vida, o aumento da violência do saque colonial, a ausência de direitos e as discriminações a que estavam sujeitos os africanos, a política colonial que não propocionava abertura de escolas e difusão da instrução, conduz os poucos africanos de educação colonial a organizarem-se em associações culturais e reivindicatórias que surgem principalmente em Lourenço Marques, Quelimane e Inhambane.

É neste contexto que, em 1908, o Grêmio Africano de Lourenço Marques, abre uma escola significativamente denominada "António Ennes", e inicia a publicação de um novo jornal "O Africano", em prol dos interesses dos naturais da Colônia. O Grêmio - integrado por um pequeno grupo de pessoas, provenientes das camadas sociais moçambicanas cujo contato e vivência com o sistema colonial lhes conferia um estatuto social e cultural privilegiado - irá no decorrer das décadas posteriores, exercer uma ação constante de luta, denúncia e crítica da ação colonial, particularmente testemunhadas nas páginas de "O Africano".

Moçambique ainda encontrava-se dominado por uma economia de pilhagem e saque colonial, o que o diferenciava do novo regime imposto pelo imperialismo inglês nas colônias vizinhas, que se caracterizava por um rápido desenvolvimento colonial-capitalista, com a abertura de inúmeras escolas para a formação da força de trabalho "indígena", particularmente na União Sul-Africana.

A partir de Lourenço Marques, a administração preocupava-se em cobrar impostos, beneficiar-se das vias de comunicação dirigidas para as colônias britânicas do interior, e impôr o mercado de vinho colonial, como forma de captar o ouro que os mineiros traziam do Rand.

A cidade, prestadora de serviços, absorvia um grande conjunto heterogêneo de comerciantes, pequenos funcionários, trabalhadores urbanos e operários, das mais diversas origens e raças⁵. Se o domínio político e militar era português, eram porém os representantes da burguesia comercial inglesa que detinham o poder econômico, controlando o comércio atacadista e os interesses de exportação-importação nos portos e caminhos de ferro.

(5) LOBATO, Alexandre. "Ensaio duma história Demográfica da Cidade de Lourenço Marques" in *Boletim Económico e Estatístico*. (série especial), Repartição Central de Estatística, Lourenço Marques, nº 17, vol. I, 1938. Ver ainda: *Recenseamento da População e das Habitações da Cidade de Lourenço Marques e seus Subúrbios: referidos a 1º de dezembro de 1912*. Lourenço Marques, Imp. Nacional, 1913.

QUEM ESCREVE E LUTA EM "O AFRICANO"

O jornal "O Africano", que surge em 1908 como propriedade do Grêmio Africano de Lourenço Marques, desenvolver-se-á até 1909 durante treze números. Dificuldades financeiras irão determinar o seu encerramento. Mais tarde, quando reaparece, em 1911, é já não mais propriedade do Grêmio, mas de uma sociedade representando outros interesses, embora os irmãos Albasini mantivessem a direção do jornal.

Convém que nos detenhamos nas características do desenvolvimento urbano e político de Lourenço Marques e do Governo português, de forma a localizar mais claramente o contexto da luta então desenvolvida.

O crescimento do operariado branco, do funcionalismo, e do comércio integrando muitos colonos deportados para Moçambique, por lutas em partidos republicanos, socialistas ou anarco-sindicalistas europeus - a par do predomínio inglês sobre a cidade - criam um quadro complexo de lutas e reivindicações políticas de alguma forma transplantadas da metrópole, envolvida em atribuladas lutas sociais que viriam a derrubar a monarquia ⁶.

A ascensão dos ideais republicanos, trazendo à tona a luta contra os privilégios de nascimento, e reivindicando os princípios burgueses da "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", não deixa de certo de ter influência entre os africanos urbanizados com estatuto social privilegiado, que passam a reivindicá-los como objetivos a serem concretizados pela "missão civilizadora" portuguesa.

A ameaça cultural do predomínio da língua inglesa não deixa também de ter influência na adesão que diversos colonos dão ao projeto de edição do jornal, "O Africano", que ressurgira na linha da defesa dos interesses da Colônia. Se o Grêmio integrava só mulatos e negros com posição social destacada do conjunto dos africanos, "O Africano", a partir de então, integra também brancos radicados há muito na Colônia e que, por diversos motivos, se associam aos interesses dos africanos, opondo-se aos abusos e práticas coloniais.

Na sua direção encontra-se João Albasini, seu irmão José é o editor, sendo administrador-secretário, José dos Santos Rufino, funcionário português dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, defensor, no jornal, dos interesses sociais e profissionais dos funcionários públicos da Colônia. "O Africano", definindo-se como independente em relação aos vários partidos políticos portugueses, assume uma posição de luta e pela unidade de diversos setores sociais que,

(6) CAPELA, José. *O Movimento Operário em Lourenço Marques, 1898-1927*. Porto, Ed. Afrontamento, s/d.

por diferentes razões, se opunham ao poder instituído na Colônia, à sua ineficácia na "ação civilizatória" e administrativa, à exploração colonial e capitalista, ou aos abusos e corrupção da administração pública colonial e metropolitana.

A leitura de "O Africano", entre 1908 e 1919, revela-nos aspectos importantes da história de Moçambique, num período de profunda crise do sistema imperialista que eclodiu na Primeira Guerra Mundial. Disputado pelo imperialismo inglês e alemão, Moçambique viu-se palco de uma guerra em que foi ameaçada não só a continuidade da dominação portuguesa, como a sua unidade territorial. Estava em perigo a continuidade cultural desenvolvida desde o período da colonização mercantil e a própria existência da emergente burguesia local.

Se a imposição da censura, durante os anos mais agudos da Guerra Mundial, vai impedir a publicação de inúmeros artigos - naturalmente os mais reveladores dos conflitos internos da sociedade colonial - os períodos de abertura vão ser utilizados para desenvolver pugnas jornalísticas, em defesa "dos interesses dos naturais da Colônia", que se aliam em torno dos irmãos Albasini e do Grêmio Africano, no jornal que se torna naquele de maior circulação em Moçambique.

Unem-se interesses contraditórios da emergente burguesia colonial portuguesa, de funcionários e colonos radicados em Moçambique, operários de diversas origens, em especial portugueses, com os demais africanos privilegiados e representantes da pequena burguesia local, que através de "O Africano" vão desenvolver uma luta complexa e reveladora da consciência então adquirida.

Bilingüe, em português e ronga, o jornal era vendido entre os mineiros moçambicanos trabalhando na África do Sul, no interior de Moçambique e centros urbanos, desempenhando um papel inegável de conscientização entre o público africano, seu principal leitor.

Para uma compreensão mais pormenorizada do percurso seguido por "O Africano", procuraremos definir, muito embora em traços gerais, o perfil das principais personalidades que no decorrer da sua década de existência, se destacaram na condução dos destinos do jornal.

Os irmãos Albasini eram netos de um antigo caçador profissional, comerciante, senhor e traficante de escravos e marfim, tornado vice-cônsul de Portugal na República do Transvaal, por ter estabelecido relações favoráveis ao porto de Lourenço Marques quando da Guerra Anglo-Boer, e isolamento no Transvaal, dos "holandeses-africanos". O pai dos Albasini, filho de um casamento com uma jovem boer, casara-se com uma princesa de Maxaquene ⁷, do qual nasceram os fundadores de "O Africano" de Lourenço Marques.

Netos de negreiro e filhos de princesa, vão receber uma educação cristã e dentro dos princípios da burguesia liberal portuguesa. João recebe

(7) Região do extremo sul de Moçambique, próximo à então Lourenço Marques.

ZAMPARONI, Valdemir D. A Imprensa Negra em Moçambique: A Trajetória de "O Africano" - 1908-1920. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP. S.Paulo, 11 (1): 73-86, 1988.

O padre Sacramento era um capitalista influente em Lourenço Marques que com o dinheiro acumulado no Rand, torna-se proprietário das "Lotarias da Província", exercendo uma atividade especulativa e decerto lucrativa, numa cidade moldada pelo jogo nos cassinos, bordéis e cabarés onde se consumia e gastava o ouro e libra inglesa.

Ultra-colonialista, vai se tornar defensor da expressão política da burguesia colonial, particularmente quando, na maior crise do fim da Guerra Mundial, compra o jornal para utilizá-lo na mobilização pública, reivindicando a autonomia de Moçambique em relação a Portugal, em 1919, pouco tempo antes do jornal deixar de existir.

Entretanto, o Grémio Africano fundara um novo jornal, "O Brado Africano", que se radicalizaria em relação à orientação expressa em "O Africano". Recupera o público sob a direção dos irmãos Albasini e passa a exprimir uma posição de luta em maior ligação com o movimento operário interno e internacional, através de editoriais e noticiário relacionado.

OS TEMAS

A problemática das bebidas alcólicas que durante anos galvanizou a atenção de "o Africano", merece ser considerada em particular porque desempenhou um papel primordial na economia política da colonização portuguesa.

Diferentemente das outras potências que colonizaram África, Portugal tinha no "vinho colonial" o principal produto de exportação para as colônias. Por outro lado no contexto regional da África Austral, Moçambique constituía um mero reservatório de força de trabalho para as colônias inglesas, em particular para as minas de Rand¹². A preocupação portuguesa era criar formas de absorver dos mineiros o ouro e a libra que obtinham com o seu trabalho migratório. Se o imposto de palhota era a primeira forma de extração direta do dinheiro, o "vinho colonial" transformou-se no principal mecanismo de extração indireta¹³.

A proibição e destruição sistemática dos alambiques familiares e artesanais foi uma condição necessária para impor o consumo do "colonial". A expansão

(12) C.E.A. *O Mineiro Moçambicano*. Relatório mimeografado, Maputo, 1980. e ainda:

FIRST, Ruth e DAVIES, R.H. *Migrant labour to South Africa: a sanctions programme?* Geneva, International University Exchange Fund, 1980, p. 12:13.

(13) Ver, além da ampla legislação da época, os trabalhos de José Capela. *O Imposto de Palhota e a Introdução do Modo de Produção Capitalista nas Colônias*. Porto, Afrontamento, 1977 e *O Vinho para o Preto*. Porto, Afrontamento, 1973.

ZAMPARONI, Valdemir D. A Imprensa Negra em Moçambique: A Trajetória de "O Africano" - 1908-1920. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP. S.Paulo, 11 (1): 73-86, 1988.

do vinho, associada à exploração da prostituição, para além de ser a principal fonte de lucro dos cantineiros, contribui notoriamente para a degradação física e moral da população, já espoliada dos melhores terrenos agrícolas.

Com a ocupação dos férteis vales do Incomati e Limpopo, alguns colonos dedicaram-se à plantação de cana e fabrico do sópe, em concorrência com o "vinho-colonial". Entretanto, o setor da burguesia colonial dedicada à produção agrícola e industrial, sofrendo já a concorrência do capital mineiro sul-africano na exploração da força de trabalho moçambicana, vê, na proliferação da bebida um impedimento à máxima rentabilidade do trabalho forçado.

"O Africano", posiciona-se desde o início contra o excesso de bebidas alcólicas, particularmente o vinho e o sópe, por considerá-las um fator de alienação e degradação social e cultural.

Alguns artigos revelam como o jornal encara as problemáticas políticas da época, nomeadamente no que diz respeito à autonomia colonial, ao perigo do domínio do colonialismo alemão e inglês em Moçambique, à dependência e subordinação desvantajosa de Moçambique à União Sul-Africana e as lutas operárias travadas quer no plano internacional, quer regional ou local.

A análise elaborada refere-se a situações conjunturais da política internacional, com incidência na Colônia, e revelam a evolução e os limites da consciência do corpo redatorial de "O Africano", em função de sua posição privilegiada na sociedade colonial. Os artigos que revelam uma maior consciência política não são os diretamente ligados à situação colonial interna, mas, sim, os derivados do crescente avanço do movimento operário internacional, ou da guerra imperialista de 1914-18.

Em "O Africano" sobressai - a par da utilização sofisticada e erudita da língua e estilo português, recheado de expressões latinas e francesas - a preocupação de recuperar a linguagem popular falada no dia-a-dia das cantinas, esquinas, bazares e oficinas, moçambicanizando a língua portuguesa com elementos de origem bantú.

Neste sentido, "O Africano" constitui-se em vanguarda de um emergente estilo literário moçambicano, único no seu tempo que irá ser sufocado, em particular na década de 20, com a imposição dos princípios do Alvará do Assimilado de 1917, que agiu de forma coercitiva no sentido de impor a língua portuguesa da metrópole como padrão. Somente nos fins da década de 40, na emergência do moderno nacionalismo, é que a moçambicanização da língua portuguesa volta a ganhar estatuto literário, em particular expresso em "O Brado Africano".

DA ZAGAIA À PENA

A emergente consciência nacional elaborada por esta classe social de intermediários culturais¹⁴ coincide com a efetiva ocupação colonial e representa

(14) Ver para este conceito VOVELLE, Michel. *Ideologia e Mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 217 e segs.

ZAMPARONI, Valdemir D. A imprensa Negra em Moçambique: A Trajetória de "O Africano" - 1908-1920. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP. S.Paulo*, 11 (1): 73-86, 1988.

um momento crucial na suplantação, pelos colonizados, da referência tribal e da construção do conceito de Nação Moçambicana. Não se pensa, de ora em diante, em termos exclusivamente Ronga, Chope, Mácua ou Changana. Estas realidades continuam a existir, mas busca-se uma identidade mais ampla, que suplante tais especificidades. Não obstante sua intenção divisionista, a ação colonial, ao tentar submeter a todos, indistintamente, ao seu controle e às leis, lança as raízes para a identificação entre os oprimidos, o que é, desde já, um pequeno passo no longo caminho para a consciência nacional.

A própria existência dos periódicos representa o momento da transição nas formas de resistência. Após as expedições militares da última década do século XIX, e a derrota do Ngungunhana, todo o centro-sul estava sob efetivo controle militar colonial e o norte estaria a partir das movimentações militares ligadas à 1ª Guerra Mundial. A resistência armada de âmbito local não era mais viável, as sucessivas derrotas assim o demonstravam. A única via possível era lutar nos espaços e com os instrumentos do colonizador. A pena substitui a zagaia.

O jornal encara a ocupação colonial como um fato historicamente consumado. A conquista militar não é posta em causa, mas sim as formas que assumiu a colonização portuguesa, em desacordo com os princípios teóricos preconizados por António Ennes, maior expoente da ocupação. "O Africano" recupera, por diversas vezes, a temática da conquista e dominação militar, não só por considerá-la como condição prévia e necessária ao desenvolvimento e progresso da Colônia, como para enfatizar a incapacidade do regime colonial em promover e concretizar uma real ação assimilacionista e "civilizatória".

Reinvindica-se, agora, não mais a desocupação, mas que o colonizador ponha em prática seus "slogans" liberais e republicanos. Se "colonizar é civilizar", como apregoam os colonizadores que efetivamente o façam, promulgando e cumprindo leis justas, criando escolas, enfim, educando os colonizados para a vida e para os direitos de cidadania.

A luta empreendida contra a discriminação racial, o trabalho forçado, a política de imposição do "vinho colonial" e violência constante e cotidiana, está baseada nos princípios e legislação liberais dos últimos anos da Monarquia e, principalmente da recém-nascida República Portuguesa. "O Africano" procura ser o arauto dos colonizados, dar voz e falar em nome dos oprimidos, sejam eles negros, mulatos ou brancos marginalizados.

ABSTRACT: From the Historical-Economical context the author analyses the appearance of the Mozambican black press and its vicissitudes. To analyse the trajectory of "O Africano" shows its importance in the formation of political conscience of the colonized (black, coloured or Marginal Men).